



Associação Beneficente Santa Casa de Campo Grande

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Valores em milhares de R\$	2022			2021		
	Vr Acum	AV %	AH %	Vr Acum	AV %	AH %
Ativo Circulante	44.125	11,4	-7,8	47.877	12,2	+11,4
Disponível (5)	9.463	21,4	-35,4	14.652	20,3	+15,2
Clientes (6)	20.178	45,7	+20,8	16.703	23,2	+6,0
Outros créditos (7)	2.936	6,7	-9,6	3.246	4,5	+2,4
Arrendamento	68	0,2	+19,4	57	0,1	+506,3
Estoques (8)	10.860	24,6	-16,0	12.932	17,9	+15,4
Despesas exercício seguinte	620	1,4	+116,2	287	0,4	+119,3
Ativo não circulante	320.655	82,8	-0,7	322.845	82,4	-0,5
Bloqueio / Depósitos Judiciais (10)	5.245	1,6	+47,4	3.558	1,1	+29,3
Cotas de Capital (11)	122	0,04	+14,0	107	0,03	+20,3
Permanente (9)	315.288	98,3	-1,2	319.179	98,9	-0,7
Conta de Compensação (12)	22.702	5,9	+8,1	20.994	5,4	-1,2
TOTAL ATIVO	387.483	100,0	-1,1	391.715	100,0	+0,8

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Valores em milhares de R\$	2022			2021		
	Vr Acum	AV %	AH %	Vr Acum	AV %	AH %
Passivo Circulante	238.403	61,5	+4,2	228.743	58,4	+23,2
Empréstimos e Financiamentos (13)	51.211	21,5	+18,3	43.278	18,9	+208,8
Fornecedores (14)	61.801	22,2	+4,8	58.956	25,8	-2,2
Obrigações pessoal (Salário+Provisoes) (15)	36.187	13,0	+7,9	33.535	14,7	-9,9
Obrigações fiscais (16)	83.707	30,1	-5,0	88.130	38,5	+33,6
Outras obrigações (17)	5.496	2,0	+13,5	4.842	2,1	-40,7
Passivo não circulante	330.896	85,4	+36,1	243.110	62,1	+23,8
Empréstimos e Financiamentos (13)	141.465	42,8	+5,1	134.576	55,4	+6,4
Prov.Civeis/Fornecedores/Parc. (19)	10.168	3,5	-25,2	13.586	5,6	-9,4
Impostos Parcelados (18)	179.263	61,6	+88,8	94.947	39,1	+72,7
Patrimônio Líquido	-204.517	-52,8	+102,2	-101.130	-25,8	-264,3
Patrimônio Social / Reserv. Avaliação	245.696	-120,1	-1,5	249.511	-246,7	-1,5
Déficit Acumulado	-346.826	169,6	+31,2	-264.266	261,3	+37,8
Superávit/Déficit do Exercício (22)	-103.386	50,6	+19,7	-86.375	85,4	+13,2
Conta de Compensação (12)	22.702	5,9	+8,1	20.994	5,4	-1,2
TOTAL PASSIVO + PL	387.483	100,0	-1,1	391.715	100,0	-15,7

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Valores em milhares de R\$	2022			2021		
	Vr Acum	AV %	AH %	Vr Acum	AV %	AH %
Receita SUS (25)	342.352	89,5	+4,7	326.828	89,6	+8,7
Incentivos	223.522	65,3	+1,1	220.996	67,6	+10,6
Produção Média Complexidade	59.107	17,3	+1,4	58.302	17,8	-0,3
Produção Alta Complexidade	42.694	12,5	+3,7	41.183	12,6	+19,3
Produção FAEC (Extra Teto)	17.028	5,0	+168,3	6.347	1,9	-18,4
Receita Privada (26)	24.924	6,5	+42,3	17.515	4,8	+4,8
Convênios (Com desconto de Glosa)	15.980	64,1	+26,8	12.600	71,9	+20,4
Particular	8.945	35,9	+82,0	4.914	28,1	-21,3
Demais Receitas	15.355	4,0	-25,0	20.484	5,6	+51,3
Doações/Cursos/Conv. Escolas (34)	13.390	87,2	-29,3	18.930	92,4	+62,8
Locações e Demais Receitas	1.964	12,8	+26,5	1.553	7,6	-18,7
RECEITA OPERACIONAL	382.631	98,9	+4,9	364.826	98,1	+10,3
Receitas Diversas (31)	4.423	1,1	-35,7	6.877	1,9	+22,7
Convênios (Fed / Est – Mun)	0	0	-100,0	319	4,6	-84,4
Receitas financeiras	4.326	97,8	+60,6	2.694	39,2	+18,0
Receitas Equivalência Patrimonial	96	2,2	-95,0	1.915	27,8	+49,8
Precatório	0	0	-100,0	1.949	28,3	+100,0
TOTAL RECEITA	387.054	100,0	+4,1	371.704	100,0	+10,5

**DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

Valores em milhares de R\$	2022			2021		
	Vr Acum	AV %	AH %	Vr Acum	AV %	AH %
Folha Pqto (27)	291.522	71,0	+8,0	269.853	69,8	+5,9
Pessoal CLT (salário + encargos + Prov)	147.014	50,4	+2,9	142.880	52,9	+6,6
Médicos (Autônomos + PJ + CLT)	144.508	49,6	+13,8	126.973	47,1	+5,1
Serviços Terceiros (28)	12.702	3,1	-39,1	20.851	5,4	-9,6
Auditoria / Consultoria	468	3,7	-5,6	496	2,4	-21,2
Serviços Terceiros	12.233	96,3	-39,9	20.355	97,6	-9,3
Gerais (29)	15.432	3,8	+196,3	5.208	1,3	-59,5
Água / Luz / Telefone	7.701	49,9	-0,4	7.729	148,4	+5,1
Gerais	7.731	50,1	-406,7	-2.521	-48,4	-145,7
Estoque (30)	90.984	22,2	+0,6	90.471	23,4	+17,3
Materiais / Medicamentos / Prótese	71.651	78,8	-3,6	74.294	82,1	+19,0
Gerais / Inventário	19.333	21,2	+19,5	16.176	17,9	+10,4
DESPESA OPERACIONAL	410.639	83,7	+6,3	386.383	84,3	+5,0
Despesas	79.801	16,3	+11,3	71.696	15,7	+60,0
Despesas financeiras (32)	69.482	87,1	+12,1	61.994	86,5	+73,4
Depreciação	10.319	12,9	+6,4	9.702	13,5	+7,0
TOTAL DESPESA	490.440	100,0	+7,1	458.079	100,0	+11,0
RESULTADO	-103.386	-26,7	+19,7	-86.375	-23,2	+13,2

FLUXO DE CAIXA

Valores em milhares de R\$	2022	2021	AH %
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	19.438	9.538	+104
(+) Recebimento Juros Aplic. Financieras	1.746	441	+296
(+) Outros Recebimentos Operacionais	396.336	358.223	+10,6
(-) Pqto Fornecedores/Prest. Serv. Saúde	67.435	57.882	+17
(-) Pqto de Pessoal	175.452	155.792	+13
(-) Pqto Serv. Terceiros	24.086	21.735	+11
(-) Pqto de Tributos	22.165	14.910	+49
(-) Pqto Contingenciais (Trab. e Cíveis)	1.508	686	+120
(-) Pqto de Aluguel	0	0	0
(-) Aplicações Financeiras	21.798	10.372	+110
(-) Outros Pagamentos Operacionais	106.924	121.885	-12
(=) Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(1.848)	(15.061)	-88
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo imobilizado	0	0	0
(=) Caixa Líquido das Atividades Investimento	0	0	0
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
(+) Recebimento – Empréstimos e Financiamentos	40.000	177.363	+100
(+) Outros Recebimentos Atividade Financiamento	18.075	25.005	-28
(-) Pagamento de Juros – Emp. Financiamento	21.288	33.400	-36
(-) Pqto de Amortização – Emp./Financ./Leasing	0	134.981	+100
(-) Outros Pagamentos Atividade Financiamento	35.904	23.405	+53
(=) Caixa Líquido das Atividades Financiamento	883	10.582	-92
Aumento/Diminuição Disponibilidades Caixa	-965	-4.479	-78
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA			
Caixa – Saldo Inicial	14.652	12.717	15
Caixa – Saldo Final	9.463	14.652	-35
Aumento/Diminuição Aplic. Financ – Recursos Livres	-5.189	1.935	-368

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)	Patrimônio Social	Reserva de Capital	Reserva de Investimentos	Reserva de Reavaliação	Déficits Acumulados	Total
Valores em R\$ mil						
Em 01 de Janeiro de 2021	2.372	-	-	250.954	(268.080)	(14.754)
● Patrimônio Social	-	-	-	-	-	-
● Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-
● Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(3.815)	3.815	-
● Realização da reserva de investimento	-	-	-	-	-	-
● Superávit/Déficit do exercício	-	-	-	-	(86.375)	(86.375)
Em 31 de Dezembro de 2021	2.372	-	-	247.139	(350.640)	(101.129)
● Patrimônio Social	-	-	-	-	-	-
● Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-
● Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(3.815)	3.815	-
● Realização da reserva de investimento	-	-	-	-	-	-
● Superávit/Déficit do exercício	-	-	-	-	(103.386)	(86.375)
Em 31 de Dezembro de 2022	2.372	-	-	243.324	(450.211)	(204.517)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES		
Valores em R\$ mil	2022	2021
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Resultado Líquido do Período	-103.386	-86.375
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	0	0
Variação de Reserva de Reavaliação	3.815	3.815
Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0
(+/-) Resultados Abrangentes de Empresas Investidas (quando reconhecidas pela Equivalência Patrimonial)	-	-
Aumento/Diminuição Aplic. Financ. – Recursos Livres	-99.571	-82.560

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação Beneficente Santa Casa de Campo Grande, entidade mantenedora e administradora do Hospital de Caridade “Santa Casa”, instituição de direito privado, com fins filantrópicos, de educação e assistência social, fundada em 03 de junho de 1.919, reconhecida como utilidade pública municipal pela lei nº. 650 de 26 de novembro de 1959, utilidade pública estadual pela lei nº 1227 de 25 de julho de 1959 e utilidade pública federal pela lei nº. 62.252 de 14 de fevereiro de 1968, detentora do CNAS – Certificado Nacional Assistência Social, tem como missão prover assistência à saúde por meio de uma gestão que garanta filantropia com sustentabilidade, aprimorando a qualidade e o ensino.

Tem seus valores definidos em: dedicação com as pessoas, comprometimento, ética nas atitudes, transparência nos processos, ousadia nas decisões, equidade e altruísmo.

Sua visão é ser referência nacional em gestão hospitalar, atuando com filantropia auto sustentável, ser reconhecido pela humanização, segurança e qualidade assistencial, ser um dos principais hospitais de referência em alta complexidade da região centro-oeste, ser referência no estado do MS em serviços diagnósticos e terapêuticos de alta tecnologia, ser um centro formador de profissionais técnicos na área de saúde, ser referência em qualificação profissional, gerando e disseminando conhecimento.

A Santa Casa possui sua unidade hospitalar em Campo Grande no estado de Mato Grosso do Sul prestando serviços de reconhecida relevância, sendo essencial para a comunidade e até mesmo para o poder público pois fornece serviços especializados, atendendo não só a capital, como os municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, seus vizinhos e até mesmo outros países.

Em 26 de março de 2020, em virtude da renúncia apresentada do Presidente Esacheu Cipriano Nascimento, tomou posse de imediato na presidência da Santa Casa o Sr. Heber Xavier, e na Vice-presidência o Sr. Heitor Rodrigues Freire, e Sra. Alir Terra Lima como Diretora Secretária, conforme o inciso I do art. 27 e inciso I do artigo 28 e inciso 29 todos do estatuto social da Associação Beneficente de Campo Grande.

Em 25 de setembro de 2020, em virtude da renúncia apresentada do Presidente Heber Xavier e do Diretor de Finanças Adjunto José de Souza, o Vice-Presidente, Heitor Rodrigues Freire, assumiu a Presidência da Santa Casa e de acordo com o Artigo 28 item I do Estatuto, a Diretora Secretária, Sra. Alir Terra Lima, assumiu a vice-presidência.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e homologados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, bem como outros pronunciamentos emitidos por essa autarquia.

As alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, resultado da conversão em lei da Medida Provisória nº 449/08, tiveram como principal impacto nas respectivas demonstrações contábeis:

- i) A substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa;

- ii) Obrigatoriedade de a Entidade analisar periodicamente a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado (impairment);
- iii) Eliminação do subgrupo “Resultados não operacionais”, na demonstração de resultado do período.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.

a) Base de Preparação

As Demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas adotadas da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, e respectivas alterações introduzidas na referida Lei, do Código Civil Brasileiro, Lei nº 10.406/2002 e das demais normas, da Resolução CFC. 926/2001 que alterou a Resolução CFC 877/2000 e pela resolução 966/2003 que aprovou a NBC T 10.19 a Resolução CFC N.º 1.330/11 que aprovou a ITG 2000 – Escrituração Contábil, a Resolução nº 1409 de 21 de setembro de 2012 que aprovou a Interpretação ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, e das normas complementares, com interpretações e comunicados técnicos vigente, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e de Interesse Social, que dispõe sobre o conceito, conteúdo, estrutura e nomenclatura das demonstrações contábeis, atendendo em alguns aspectos operacionais e contábeis as determinações exaradas pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS - MDS. Resolução CFC n.º 926/01.

b) Base para Avaliação e Moeda Funcional

As principais práticas contábeis adotadas estão em conformidade com as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, em especial, pelas normas que regem as entidades de caráter educacional e assistencial. Obedecem ao disposto na Resolução CFC 1.282/10 que atualiza e consolida dispositivos da Resolução CFC 750/93, utilizando, indistinta e contemporaneamente, todos os princípios ali exarados, tendo o exercício social a duração de um ano e coincide com o ano civil. Com o advento da Lei 9249/95, as demonstrações contábeis a partir de 1996, não contemplam mais o reconhecimento dos efeitos inflacionários. Para fins de comparabilidade, as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2021.

O regime de apuração do resultado das atividades é o de competência.

4. DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Os direitos e obrigações da entidade estão em conformidade com seus efetivos valores reais, através de títulos de créditos, documentos contábeis e instrumentos contratuais legais e usuais, o Ativo Realizável e o Passivo Exigível estão apresentados em prazo inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, como circulante.

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

As disponibilidades pertencentes à Entidade são representadas pelos recursos mantidos em espécie na sua tesouraria, pelos saldos de livre movimentação dos depósitos bancários à vista e pelas aplicações financeiras de curto prazo. Os saldos bancários e as aplicações de liquidez imediata são mantidos em instituições financeiras no País, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As aplicações financeiras são representadas por títulos vinculados ao mercado financeiro e estão demonstradas pelo valor da aquisição, acrescidas dos rendimentos incorridos até a data do encerramento das demonstrações contábeis, em conformidade com seu Estatuto Social, atendendo sua finalidade principal – a Filantropia/Beneficência.

Valores em R\$ mil

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	2.022	2.021
CAIXA	31.981	24.457
BANCO CONTA MOVIMENTO	32.858	1.082.886
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	9.398.271	13.544.646
Total ==>	9.463.110	14.651.989

6. CLIENTES

São registrados nesta conta os créditos oriundos de prestação de serviço hospitalar com convênios, particulares e SUS - Sistema Único de Saúde.

Valores em R\$ mil

CLIENTES A RECEBER	2.022	2.021
CONVENIOS A RECEBER	11.344.998	10.488.011
RECURSO DE GLOSA	5.397.105	4.639.659
(-) VALORES EM TRANSITO CONVÊNIO	(1.243.862)	(1.092.871)
(-) PROVISAO PERDA SOBRE CRÉDITOS-CONVÊNIO	(5.052.750)	(4.530.844)
(-) PROVISAO PERDA SOBRE CRÉDITO-GLOSA	(8.885.110)	(8.883.736)
SUS A RECEBER	17.599.006	15.263.751
(-) VALORES EM TRANSITO SUS	(1.165)	(1.165)
CLIENTES A RECEBR	2.202.695	1.282.418
FUNCIONARIO A RECEBER	175.716	82.266
(-) PCLD CLIENTES A RECEBER	(1.358.348)	(544.124)
Total ==>	20.178.284	16.703.364

7. OUTROS CRÉDITOS

Encontram-se registrados nesse grupo, títulos a receber oriundos de operações com cartão de crédito e recebimentos em cheques pré-datados e arrendamentos.

Valores em R\$ mil

BENS E TITULOS A RECEBER	2.022	2.021
NOTAS PROMISSORIAS	46.387	46.387
CHEQUES A RECEBER	265.233	299.003
OUTROS TITULOS A RECEBER	276.286	208.473
(-) PROVISÃO PARA PERDAS SOBRE CREDITOS	(311.620)	(352.508)
ADIANTAMENTO A FUNCIONARIOS	987.369	1.090.408
ADIANTAMENTOS DIVERSOS	67.878	563.302
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	1.604.473	1.391.001
Total ==>	2.936.006	3.246.066

8. ESTOQUES

Os estoques são representados basicamente por materiais de uso hospitalar, medicamentos e drogas, e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, inferiores aos custos de reposição e aos valores de realização.

Os estoques obsoletos são registrados em conta específica, que são os produtos que estão a mais de 12 meses sem movimentação, conforme preconiza o CPC 16.

São também registrados nesse grupo o empréstimo (concedido) de medicamentos realizado entre as unidades de saúde de Campo Grande, para atender as urgências e emergências das outras instituições.

Valores em R\$ mil

ESTOQUES	2.022	2.021
ALMOX. PATRIMONIO	156.148,04	18.430,40
ALMOXARIFADO FARMACIA	3.942.898,00	5.965.345,00
ALMOXARIFADO ALIMENTICIO	287.119,81	238.839,20
ALMOXARIFADO MANIPULAÇÃO	486.842,98	515.425,42
ALMOXARIFADO OPEMS	705.502,58	612.800,12
ALMOXARIFADO GRAFICA	3.686,56	3.804,92
ALMOXARIFADO BANCO DE OLHOS	186.723,18	42.105,23
ALMOXARIFADO BANCO DE SANGUE	0,26	0,14
ALMOXARIFADO LABORATORIO	-	2.928,45
ALMOXARIFADO LIMPEZA	11.554,99	26.764,58
ALMOXARIFADO NUTRICA0 ENTERAL	157.362,86	159.260,49
ALMOXARIFADO UNIDADES	187.190,07	116.956,12
ALMOXARIFADO MANUTENCAO	124.697,82	692.818,15
ALMOXARIFADO LACTARIO	68.467,06	32.190,03
ALMOXARIFADO PARENTERAL	42.216,23	32.339,10
ALMOXARIFADO CENTRO CIRURGICO	300.536,65	298.333,92
ALMOXARIFADO CENTRAL MATERIAL ESTERILZ	12.818,79	6,36
ALMOXARIFADO MATERIAL E MEDICAMENTO	1.731.225,28	2.091.419,51
ALMOX. LAVANDERIA	256.730,25	104.523,11
ALMOX. SESMT	83.983,15	79.860,06
ALMOX. ENGENHARIA CLINICA	245.829,38	79.860,06
Total ==>	8.991.534	11.034.150
ESTOQUES	2.022	2.021
EMPRESTIMO CONCEDIDO	2.091.083	2.055.940
(-)ESTOQUE OBSOLETOS	(222.651)	(158.329)
Total ==>	1.868.432	1.897.611
TOTAL GERAL	10.859.967	12.931.761

9. PERMANENTE

O ativo permanente de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, tendo sua depreciação ou amortização calculadas pelo método linear, mediante a aplicação de taxas que levam em conta o tempo de vida útil do bem.

O imobilizado é demonstrado ao custo histórico, deduzido pela depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela dedução entre os recursos advindos da venda e o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos o valor líquido dos custos de transação no resultado do período.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.

Valores em R\$ mil

IMOBILIZADO	2.021			2.022			TR Dep
	SDO ANTERIOR	AQUISIÇÕES / REAVALIAÇÕES	BAIXAS	EST. BAIXAS	DEP. ACUM	SDO ATUAL	
EDIFICAÇÕES E BENEFITÓRIAS AMB. MATO GROSSO	1.146.188	500	-	-	(41.662)	1.105.026	4%
TERRENOS	351.466	-	-	-	-	351.466	0%
INSTALACOES	25.744	-	-	-	(5.295)	20.449	10%
EQUIPAMENTOS ELETROMEDICOS	24.604.023	3.219.916	(862.380)	25.609	(3.386.543)	23.599.625	10%
EQUIPAMENTOS DE APOIO	114.310	142.649	(14.790)	-	(19.486)	222.683	10%
EQUIPAMENTOS GERAIS	5.582.017	43.956	(9.024)	192	(816.007)	4.801.054	10%
INSTRUMENTAL	1.217.995	1.513.801	(0)	-	(401.330)	2.330.465	10%
MAQUETAMENTOS ELETR PROC DADOS	1.420.066	68.746	(179.516)	3.156	(548.034)	764.418	20%
MOVEIS E UTENSILIOS	5.080.729	262.699	(86.380)	2.189	(743.458)	4.515.778	10%
VEICULOS	414.377	-	-	-	(77.000)	337.377	25%
CIACARA SANTO ANTONIO	1.031.048	-	-	-	(9.506)	1.021.462	2%
COMPLEXO AVENIDA MATO GROSSO	86.561.333	-	-	-	(712.980)	85.848.353	4%
COMPLEXO EDUARDO SANTOS PEREIRA	173.951.105	314.828	-	-	(2.707.139)	171.558.595	4%
COLEGIO OSVALDO CRUZ	10.118.689	-	-	-	(89.887)	10.028.802	4%
IMOVEI 13 DE MAIO	1.938.342	-	-	-	-	1.938.342	0%
SOFTWARE	363.033	-	-	-	(174.355)	188.678	0%
Total ==>	313.920.465	5.565.895	(1.152.090)	31.145	(9.732.841)	308.632.574	
Imóveis em Construção	2.021					2.022	
	SDO ANTERIOR	AQUISIÇÕES	BAIXAS	TRANSF.	DEP. ACUM	SDO ATUAL	
REFORMA OSVALDO CRUZ	535.553	1.567.724	-	-	-	2.103.277	
REFORMA DO SETOR DE BANCO DE LEITE	314.628	6.700	-	(314.628)	-	6.700	
REFORMA PRONTOMED	-	39.236	-	-	-	39.236	
Total ==>	850.181	1.613.660		(314.628)		2.149.213	
Participação em outras empresas	2.021					2.022	
	SDO ANTERIOR	AQUISIÇÕES	BAIXAS	TRANSF.	DEP. ACUM	SDO ATUAL	
PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS EMPRESAS	625.889	-	-	-	-	625.889	
Total ==>	625.889					625.889	
Total Geral ==>	315.396.535	7.179.555	(1.152.090)	(283.483)	(9.732.841)	311.407.677	

10. BLOQUEIOS / DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

Encontram-se registrados neste grupo os depósitos por determinação judicial oriundos de processos trabalhistas e cíveis, perfazendo em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 3.061.401 (três milhões sessenta e um mil e quatrocentos e um reais), encontram-se ainda registrados neste grupo Bloqueios Judiciais em contas correntes da entidade que em 31 de dezembro de 2022 perfaz o montante de R\$ 2.183.618 (dois milhões cento e oitenta e três mil seiscentos e dezoito reais).

Valores em R\$ mil

DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS	2.022	2.021
DEPOSITOS JUDICIAIS E FISCAIS- CIVEIS	2.942.239	2.171.047
DEPOSITOS JUDICIAIS E FISCAIS- TRABALHISTAS	119.162	119.162
Sub Total ==>	3.061.401	2.290.209
BLOQUEIO JUDICIAL	2.183.618	1.267.901
Total ==>	5.245.019	3.558.110

11. COTAS DE CAPITAL

Encontram-se registrados neste grupo as cotas de capital do não circulante.

Valores em R\$ mil

COTAS DE CAPITAL	2.022	2.021
BANCO SICREDI (0911 / 24137-7)	80.665	69.837
BANCO SICREDI (0913 / 48202-1)	2.471	2.285
BANCO UNIPRIMI (19515-4)	5.112	4.517
SICOOB (4027/40013363-6)	12.517	9.205
SICOOB (4354 8497-2)	21.232	21.130
Total ==>	121.998	106.975

12. CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Encontra-se registrados nesta conta os valores oriundos de convênios celebrados com entidades públicas e privadas, que em 31 de dezembro 2022 perfazem o montante de R\$ 22.702.454 (vinte dois milhões setecentos e dois mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais).

Valores em R\$ mil

COMPENSAÇÃO	2.022	2.021
CONV 916/2002	1.384.787	1.384.787
CONV MACE MODERNA ASS ENS	164	164
CEGRAN CENTRO DE ENSINO CAMPO GRAN	9.360	9.360
CONVÊNIO 798931/2013	1.000.011	1.000.011
CONVENIO 801254/2014	268.648	268.648
CONVENIO 23337/2014	20.000	20.000
COMPENSAÇÃO PIS PROC 0006788-33.2012.4.03.6000	300.829	300.829
PRECATÓRIO 160133466.2018.8.12.0000	1.694.790	1.694.790
CONVÊNIO 877455	44.816	180.200
CONVENIO 776578/2012	23.783	23.783
CONVÊNIO 766208/2011	9.042.166	9.042.166
CONVÊNIO 801.302/2014 MINISTÉRIO DA SA	1.799.983	1.799.983
REPASSE N° 8586062017MSCAIXA	299.460	299.460
Total ==>	15.888.798	16.024.182

BENS EM COMODATO	2.022	2.021
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE - SESAU	124.400	124.400
INTO - INSTITUTO NACIONAL TRAUMATOLOGIA E OR	2.870.493	2.870.493
ESTADO MATO GROSSO DO SUL - SES	476.019	482.264
MINISTÉRIO SAUDE	40.187	40.187
HOSPITAL REGIONAL	30.485	30.485
ANTONIO MORAES DOS SANTOS	449.644	449.644
SAMTRONIC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	148.000	148.000
EQUIPAMED EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA	60.000	60.000
NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR LTDA	27.506	27.506
LABORATORIOS B.BRAUN S.A	1.693.761	39.089
EXITUSMED COM PROD MEDICOS HOSPITALARE	40.100	1.200
EXPRESSA DISTREIB MEDICAMENTOS LTDA	24.481	24.481
SOUZA COM. DE PROD NUTRIC E HOSPITALARES EIRE	671.600	671.600
3M DO BRASIL LTDA	156.979	
Total ==>	6.813.656	4.969.349

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

São registrados pelo valor principal, acrescido dos encargos financeiros proporcionais até o último dia do mês base.

Em 14 de novembro de 2019 a entidade optou por realizar um empréstimo junto ao banco SICOB Credicom no montante de R\$ 10.000.000 (dez milhões de reais), a taxa de juros efetiva mensal de 0,55%, com prazo de amortização em 84 meses.

Em 25 de setembro de 2019 a entidade optou por realizar um financiamento junto ao banco Bradesco no montante de R\$ 1.703.703,70 (um milhão setecentos e três mil setecentos e três reais e setenta centavos), a taxa de juros efetiva mensal de 0,82%, com prazo de amortização em 48 meses.

Em 25 de junho de 2021 a entidade optou por realizar um empréstimo junto ao banco Caixa Econômica Federal no montante de R\$ 162.163.000,00 (cento e sessenta e dois milhões cento e sessenta e três mil reais), a taxa de juros efetiva mensal de 2,93%, com prazo de amortização em 120 meses. Com a aquisição do mesmo foram realizadas amortizações dos empréstimos com a CEF sob o contrato de nº 07.0017.610.0000029-00 e nº 07.0017.610.0000030-35, e com o banco Daycoval sob contrato de nº 85644-6 e nº 88168-8.

Em 29 de julho de 2021 a entidade optou por realizar um empréstimo junto ao banco Daycoval no montante de R\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil reais), a taxa de juros efetiva mensal 1,37%, com prazo de amortização em 48 meses.

Em 04 de agosto de 2021 a entidade optou em realizar um empréstimo junto ao banco Daycoval no montante de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), a taxa de juros efetiva mensal 1,33%, com prazo de amortização em 48 meses.

Em 11 de janeiro de 2022 a entidade optou em realizar um empréstimo junto ao banco Caixa Econômica Federal no montante de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), a taxa de juros efetiva mensal 2,30%, com prazo de amortização em 120 meses.

Valores em R\$ mil

EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CIRCULANTE			
NACIONAL	% TAXA DE JURO	2.022	2.021
SICOOB CREDICOM Nº 840379	1,53%	2.279.059	2.242.374
BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO		565.734	1.003.476
CAIXA CTO Nº10.4314.7300.1200337	2,93%	32.432.600	32.432.600
BANCO DAYCOVAL Nº96739-6	1,37%	1.600.000	1.600.000
BANCO DAYCOVAL Nº97235-7	1,33%	5.999.900	6.000.000
CEF CTO N 1406077		8.333.333	-
Total ==>		51.210.626	43.278.450

EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS NÃO CIRCULANTE			
NACIONAL	% TAXA DE JURO	2.022	2.021
SICOOB CREDICOM Nº 840379	1,53%	3.590.959	5.019.531
CAIXA CTO Nº10.4314.7300.1200337	2,93%	106.757.308	122.973.608
BANCO DAYCOVAL Nº96739-6	1,21%	533.333	1.333.333
BANCO DAYCOVAL Nº97235-7	1,21%	2.250.100	5.250.000
CEF CTO N 1406077		28.333.333	
Total ==>		141.465.034	134.576.473

14. FORNECEDORES

Encontram-se registrados neste grupo os fornecedores de materiais e medicamentos, próteses, prestadores de serviços, e concessionárias (água, luz, telefone).

Valores em R\$ mil

FORNECEDORES	2.022	2.021
FORNECEDOR MATERIAL / MEDICAMENTO	16.930.317	11.336.667
FORNECEDOR SERVIÇO HOSPITALAR	6.830.973	7.689.243
FORNECEDOR PROTESE	15.131.543	14.167.940
FORNECEDOR SERVIÇO	4.740.742	11.439.151
AGUA / TELEFONE / LUZ	18.167.001	14.323.365
Total ==>	61.800.576	58.956.365

15. OBRIGAÇÕES PESSOAL

Encontram-se registrados neste grupo os débitos oriundos da folha de pagamento a funcionários celetistas da Santa Casa, e provisões com férias, devidos até a data de 31 de dezembro de 2022.

Valores em R\$ mil

OBRIGAÇÕES PESSOAL	2.022	2.021
Salários a pagar	10.443.861	9.516.973
Férias (Provisões)	25.743.314	24.017.572
Total ==>	36.187.175	33.534.545

16. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Encontram-se registrados neste grupo os débitos oriundos de impostos retidos sobre folha de pagamento, FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), retenções efetuadas de prestadores de serviço, pessoas jurídicas. Encontram-se registrados também parcelamento de tributos e contribuições.

Em 2022 a entidade realizou parcelamento dos impostos junto à receita Federal do Brasil, na modalidade de parcelamento simplificado.

Valores em R\$ mil

TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS	2.022	2.021
FGTS	7.004.964	15.464.516
I.R.	11.679.980	15.238.557
I.S.S.	3.056.787	2.407.775
PIS, COFINS, CSLL	1.224.236	1.502.178
I.N.S.S.	12.606.602	13.008.119
PARCELAMENTO TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES	48.134.359	40.508.652
Total ==>	83.706.929	88.129.798

a) Reconhecimento de Tributos

Em consonância com o Princípio da Competência, foi registrado na conta de juros e multas os valores relativos aos impostos em atraso no decorrer do ano de 2022.

Valores em R\$ mil

TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS	TOTALIZAÇÃO			
	TRIBUTOS	MULTA	JUROS	TOTAL
IR		1.083.852	191.139	1.274.990
PIS, COFINS, CSLL	114.563		20.738	135.301
INSS A RECOLHER	717.084		126.596	843.680
ISS A RECOLHER	120.714		108.014	228.729
TOTAL	2.036.213	446.487	446.487	2.482.700

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Encontram-se registrados neste grupo os valores devidos a título de pessoal, indenizações (pensões vitalícias), empréstimos almoxarifado (entre hospitais), eventos e provisões a liquidar SUS (referente ANS), arrendamentos a apropriar e repasses de valores retidos de funcionários.

Valores em R\$ mil

OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.022	2.021
OUTRAS OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	951.558	908.642
INDENIZAÇÕES (PENSÕES)	348.950	260.881
EMPRESTIMO ALMOXARIFADO	2.477.611	2.439.781
EVENTOS A LIQUIDAR SUS	4.770	8.764
ADIANTAMENTO DE CLIENTES	573.062	384.930
ARRENDAMENTOS	393.151	393.151
EVENTOS/SINISTROS LIQUIDAR SUS	7.605	20.644
REPASSES	739.639	425.661
Total ==>	5.496.345	4.842.452

18. IMPOSTOS PARCELADOS NÃO CIRCULANTE

Encontram-se registrados no passivo não circulante os parcelamentos de tributos e contribuições.

Valores em R\$ mil

TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS (PARCELAMENTO NÃO CIRCULANTE)	2.022	2.021
PARCELAMENTO IMPOSTOS RFB	31.548.461	25.342.856
PARCELAMENTO IMPOSTOS PGFN	106.702.712	47.240.286
PARCELAMENTO FGTS	41.004.137	22.356.869
PARCELAMENTO GFIP	7.419	7.419
Total ==>	179.262.729	94.947.430

19. PROVISÕES CONTINGENCIAIS

Conforme determina o CPC 25, que trata das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, foram constituídos levando - se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento dos Tribunais. Sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Conforme julgamento de nossos consultores jurídicos foi avaliado como Possível de perda o montante de R\$ 165.398.407 (cento e sessenta e cinco milhões trezentos e noventa e oito mil quatrocentos e sete reais). Deste montante R\$ 148.898.694 (cento e quarenta e oito milhões oitocentos e noventa e oito mil seiscentos e noventa e quatro reais) se tratam de ações cíveis e R\$ 16.499.713 (dezesseis milhões quatrocentos e noventa e nove mil setecentos e treze reais) se tratam de ações trabalhistas.

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS	2.022	2.021
PROVISAO EVENTOS LIQUIDAR - SUS	3.260	3.260
DEPOSITOS JUDICIAIS E FISCAIS- CIVEIS	727.370	1.124.586
DEPOSITOS JUDICIAIS E FISCAIS- TRABALHISTAS	3.433.373	4.885.966
FORNECEDORES	2.806.242	4.432.604
ARRENDAMENTO	164.932	864.932
OUTROS DEBITOS	3.032.589	2.274.671
Total ==>	10.167.765	13.586.018

20. PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social da entidade perfaz o montante de R\$ 2.371.805,40 (dois milhões trezentos e setenta e um mil oitocentos e cinco reais e quarenta centavos).

21. RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

A reserva de reavaliação refere-se à avaliação efetuada pela entidade em 2001, e ajuste a valor recuperável em 2017, preconizado pelo CPC 27, item 31.

Valores em R\$ mil

RESERVA DE REAVALIAÇÃO	2.022	2.021
Reserva De Reavaliação	243.324.365	247.139.023

22. SUPERÁVIT / DÉFICIT

No ano de 2021 a entidade encerrou o período com o déficit de R\$ 86.375.244 (oitenta e seis milhões trezentos e setenta e cinco mil duzentos e quarenta e quatro reais).

No ano de 2022 a entidade encerrou o período com o déficit de R\$ 103.386.469 (cento e três milhões trezentos e oitenta e seis mil quatrocentos e sessenta e nove reais).

Valores em R\$ mil

SUPERÁVIT / DÉFICIT	2.022	2.021
SUPERÁVIT/DÉFICIT ACUMULADOS	(346.826.277)	(264.265.691)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(103.386.469)	(86.375.244)
Total ==>	(450.212.746)	(350.640.935)

23. ISENÇÕES

Em atendimento ao parágrafo único art. 4º Decreto 2.536 de 06/04/98 e NBC T -10, registra-se nesta NE, que os valores relativos às isenções previdenciárias (INSS Patronal), como se devido fosse gozada durante o ano de 2022 foi de R\$ 59.944.977 (cinquenta e nove milhões novecentos e quarenta e quatro mil novecentos e setenta e sete reais).

Ainda em atendimento a NBC T -10, registra-se nesta NE, que os valores relativos às isenções fiscais (IR, PIS, COFINS, CSLL, ISS), gozadas durante o ano de 2022 foi de R\$ 48.081.438 (trinta e oito milhões e oitenta e um mil e quatrocentos e trinta e oito reais).

Valores em R\$ mil

ISENÇÕES	2.022	2.021
I.R.	8.157.874	675.732
PIS / COFINS / CSLL	21.559.767	16.662.364
I.S.S.	18.363.797	17.217.110
Total ==>	48.081.438	34.555.206
I.N.S.S.	59.944.977	58.059.361
Total Geral ==>	108.026.415	92.614.567

24. GRATUIDADES

Em atendimento as exigências de prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), nos termos do artigo 20 do Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014, a entidade registrou o percentual de 80,14% (pacientes dia), atendimento decorrente de convênio firmado com o Sistema Único de Saúde – SUS, ou seja, superior a 60% do total da capacidade contratada.

25. RECEITA SUS

A Entidade mantém contrato com o Gestor Municipal do SUS (Prefeitura Municipal de Campo Grande), para prestação de serviço médico hospitalar e atendimento aos usuários do SUS (Sistema Único de Saúde) através do convênio nº 03-A, de 02 de junho de 2021 e seus aditivos.

Em 2022 o valor faturado referente a produção e incentivos foi de R\$ 332.713.128 (trezentos e trinta dois milhões setecentos e treze mil cento e vinte oito reais).

Devido a pandemia do Covid-19 a entidade recebeu no ano de 2022 o repasse no valor de R\$ 9.638.800 (nove milhões seiscentos e trinta e oito mil e oitocentos reais).

26. RECEITA PRIVADA

Registra-se neste grupo os serviços prestados para operadoras de planos de saúde, e de pacientes particulares.

Valores em R\$ mil

RECEITAS PRIVADAS	2.022	2.021
CASSEMS	7.309.239	6.053.444
FUNSERV	104.552	17.795
OPERADORA PLANOS PRIVADOS DE SAUDE SANTA CASA SAUDE	7.410.961	6.866.713
OUTROS CONVÊNIO	1.499.005	906.855
PARTICULARES	8.944.518	4.914.366
(-) DEDUÇÕES DE RECEITAS COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	(344.256)	(1.244.595)
Total ==>	24.924.019	17.514.578

27. FOLHA DE PAGAMENTO

Registra-se neste grupo os gastos com folha de pagamento de pessoal celetista, bem como médicos terceirizados e autônomos.

Valores em R\$ mil

FOLHA DE PAGAMENTO	2.022	2.021
DESPESAS COM PESSOAL	162.035.523	155.916.510
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	13.419.223	13.905.877
PROVISÕES COM PESSOAL	36.856.404	35.009.977
TERCEIROS AUTÔNOMOS	25.407.557	23.599.767
TERCEIROS PJ	53.803.320	41.420.886
Total ==>	291.522.027	269.853.018

28. SERVIÇOS DE TERCEIROS

Registra-se neste grupo os gastos com serviços prestados de auditoria externa, consultoria e serviços médicos de clínicas e laboratórios.

Valores em R\$ mil

SERVIÇOS TERCEIROS	2.022	2.021
DEPESAS COM SERVIÇOS TERCEIRO	12.233.336	20.354.842
AUDITORIA	130.897	153.799
CONSULTORIA	333.910	342.452
SEGURANCIA E VIGILANCIA	3.534	-
Total ==>	12.701.677	20.851.092

29. GERAIS

Registra-se neste grupo os serviços de concessionárias (Água, Energia e Telefone), devoluções de convênios e provisão para contingências cíveis.

Valores em R\$ mil

GERAIS	2.022	2.021
AGUA/LUZ/TELEFONE	7.700.564	7.729.449
GERAIS	607.177	(1.234.368)
DEVOLUÇÃO DE RECURSOS/CONVENIOS	5.438.729	410.473
INDENIZAÇÕES	2.113.429	680.409
RESSARCIMENTO AO SUS	19.898	1.130
PROVISÃO CONTIGENCIAIS	(1.849.809)	(1.218.770)
PCLD CONVENIOS/GLOSAS	1.337.437	(960.320)
PCLD ESTOQUE OBSOLETOS	64.391	(199.698)
Total ==>	15.431.815	5.208.305

30. ESTOQUE

Registra-se neste grupo os gastos com consumo de matérias e medicamentos, prótese, usados no atendimento aos pacientes do hospital.

Valores em R\$ mil

ESTOQUE	2.022	2.021
MATERIAS E MEDICAMENTOS	52.951.085	60.008.418
PROTESES	18.699.690	14.286.078
DESPESAS DE CONSUMO	10.524.478	8.597.723
DEPESAS GERAIS	7.902.945	7.272.357
INVENTÁRIO	905.751	306.098
Total ==>	90.983.949	90.470.673

31. RECEITAS DIVERSAS

Registra-se neste grupo as receitas oriundas de convênios federais, estaduais e municipais, os descontos obtidos de fornecedores, juros e atualização monetária recebidas de clientes, recuperação de despesas, como desconto em folha de pagamento.

Em 2021 a entidade realizou a venda de precatório a que tinha direito, aonde obteve o recebimento relativo a RPV nº 1601334-66.2018.8.12.0000.

Conforme determina a NBC TG 18, em 2022 foi reconhecido a Título de Receita de Equivalência Patrimonial, referente a participação de 99% do capital social da empresa Operadora de Planos Privados de Saúde – Santa Casa Saúde LTDA, CNPJ 20.918.393/0001-24. A empresa em 2022 auferiu no seu resultado lucro no valor de R\$ 96.498 (noventa e seis mil quatrocentos e noventa e oito reais).

Valores em R\$ mil

RECEITAS DIVERSAS	2.022	2.021
CONVÊNIO (FED. / EST. / MUN.)	-	319.325
DESCONTOS OBTIDOS	1.259.753	1.031.231
RECEITA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	96.498	1.914.920
JUROS / ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	1.745.826	441.218
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	1.320.568	1.221.764
PRECATÓRIO	-	1.948.927
Total ==>	4.422.645	6.877.383

32. DESPESAS FINANCEIRAS

Registra-se neste grupo os gastos com juros de empréstimos contraídos pela Entidade, multas pagas, os encargos com tributos da Receita Federal e despesas bancárias adquiridas.

Encontram-se registrados também as atualizações monetárias e os descontos concedidos aos clientes da entidade.

No ano de 2021 houve um aumento significativo sobre as despesas financeiras, visto que foi realizado empréstimo junto a CEF sob contrato nº 1200337, do qual gerou-se despesas bancárias. Com o empréstimo realizado, foram efetuadas amortizações dos empréstimos com o banco CEF sob o contrato de nº 07.0017.610.0000029-00 e nº 07.0017.610.0000030-35, e com o banco Daycoval sob contrato de nº 85644-6 e nº 88168-8, ocasionando assim um aumento na despesa de juros bancário por conta da antecipação de liquidação de contrato.

Foram realizados parcelamentos e reparcelamentos junto a PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), gerando assim um aumento considerável em suas despesas por conta dos juros, multas e encargos.

Valores em R\$ mil

DESPESAS FINANCEIRAS	2.022	2.021
DESCONTOS CONCEDIDOS	14.886	46.982
COMISSÕES E DESPESAS BANCÁRIAS	333.826	1.198.556
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	5.360	191.169
JUROS PAGOS OU INCORRIDOS (BANCARIOS/FORNECEDORES)	33.524.346	38.269.759
MULTAS/TAXAS PAGAS OU INCORRIDAS	81.345	12.585
JUROS PAGOS OU INCORRIDOS (RFB/PGFN)	7.575.116	3.974.073
MULTAS/TAXAS PAGAS OU INCORRIDAS (RFB/PGFN)	8.675.001	11.256.852
ENCARGOS (RFB/PGFN)	19.271.886	7.043.733
Total ==>	69.481.767	61.993.709

33. SUBVENÇÕES

Conforme as exigências da ITG 2002 de 21/09/2012 (Aspectos Contábeis Específicos em Entidades Sem Fins Lucrativos) a entidade recebeu no ano de 2021 subvenções do poder público através da celebração de convênios no montante de R\$ 319.325 (trezentos e dezenove mil trezentos e vinte cinco reais).

Valores em R\$ mil

SUBVENÇÕES	2.022	2.021
REPASSE Nº 8586062017MSCAIXA	-	91.325
CONVENIO Nº1012021	-	228.000
Total ==>	-	319.325

34. DOAÇÕES/CURSOS/CONV. ESCOLAS

A entidade recebeu no ano de 2022 doações de pessoas físicas e jurídicas o correspondente ao valor total de R\$ 3.557.545 (três milhões quinhentos e cinquenta e sete mil quinhentos e cinquenta e sete reais).

A entidade recebeu o valor de R\$ 2.891.617 (dois milhões oitocentos e noventa e um mil seiscentos e dezessete reais) referentes a convênios estabelecidos com entidades de ensino.

Houve entrada de recursos através do setor de organização e eventos no montante de R\$ 1.288.656 (um milhão duzentos e oitenta e oito mil seiscentos e cinquenta e seis reais).

Valores em R\$ mil

DOAÇÕES/CURSOS/CONV. ESCOLAS	2.022	2.021
CONVENIO ESCOLAS	2.891.617	9.835.415
DOAÇÕES	3.557.545	5.598.971
CURSOS TREINAMENTOS GEPEC	187.711	92.350
ORGANIZACAO EVENTOS	6.754.624	3.404.376
CENTRAL DIZIMO	-	200
Total ==>	13.391.498	18.931.313

35. COBERTURA DE SEGUROS

A Entidade mantém cobertura de seguros para os equipamentos e estoques sujeitos a risco, por montantes julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação de riscos feitos por consultores.

Valores em R\$ mil

SEGUROS	VIGÊNCIA	COBERTURAS	R\$ APÓLICE
CONSELHEIROS E ADMINISTRADORES	29/10/2022 à 29/10/2023		100.000.000
VEÍCULO SPIN ADVAANTAGE 1.8 Ano 2017/18	24/09/2021 à 24/09/2021	100% V.R (FIPE)+	320.000
PRÉDIO EDUARDO SANTOS PEREIRA	09/11/2021 à 09/11/2021	Incendio , IDT, R	41.100.000
VEÍCULO DOBLO CARGO 1.4 8v Ano 2015 Placa OOR-1458	23/01/2022 à 23/01/2022	100% V.R (FIPE)+	310.000
Total ==>			141.730.000

36. AJUSTES POR MUDANÇA NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as demonstrações contábeis estão apresentadas e foram ajustadas e estão sendo reapresentadas conforme previsto na legislação, normas e interpretações técnicas vigentes, as Práticas Contábeis adotadas no Brasil, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

37. REFLEXOS COVID-19 DE 2022.

A Associação Beneficente Santa Casa de Campo Grande adotou política de readequar as ações de sua administração, suas receitas e seus custos em face da pandemia do Covid-19 pela qual passa o Estado de Mato Grosso do Sul, o País e o mundo inteiro. Contudo, não foi feita nenhuma provisão em 31 de dezembro de 2021 a fim de cobrir possíveis despesas com o reflexo em 2021 e em 2022 do Corona Vírus (Covid-19) em função de não ter sido possível identificar, quantificar e valorar os reflexos financeiros.

Campo Grande, MS, 31 de dezembro de 2022.

ALIR TERRA LIMA
Presidente
CPF 357.217.311-68

JOÃO NELSON LYRIO
Dir. de Finanças
CPF 003.601.471-00

RINALDO HAKME ROMANO
Dir. Administração e Finanças
CRC-MS 10205/O-4
CNAI 7813
CPF 554.307.591-04

LEONARDO JORDÃO DE ARAUJO
Contador
CRC-MS 13860/O-2
CPF 012.416.601-66

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SANTA CASA DE CAMPO GRANDE, em cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinou o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras com as respectivas notas explicativas referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Com base nos exames efetuados e no relatório dos auditores independentes, OPINA que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral ordinária, sugerindo aprovação.

Antônio Urban Filho
Conselheiro Presidente

Edson Alceu Lazaroto
Conselheiro Secretário

Valdir José Dall'Angol Zanin
Conselheiro Titular

PARECER DA AUDITORIA EXTERNA

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE
AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

À
Presidente, Conselheiros e Diretores da
Associação Beneficente Santa Casa de Campo Grande
Campo Grande – MS,

Opinião Com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Beneficente Santa Casa de Campo Grande, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.276.524/0001-06, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas

Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos naquelas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Beneficente Santa Casa de Campo Grande, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião Com Ressalva

- a) A Santa Casa adota como prática o empréstimo (concedido e recebido) de medicamentos entre as unidades de saúde de Campo Grande, para atender as urgências e emergências, conforme consta nas contas contábeis sob o código: 1.2.7.1.1.9.01.2.02.0001 – Empréstimo Concedido, no valor de R\$ 2.091.083,37 (dois milhões, noventa e um mil, oitenta e três reais e trinta e sete centavos) e 2.1.7.1.1.9.01.8.01.0001 – Empréstimo Recebido, no valor de R\$ 2.477.611,29 (dois milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, seiscentos e onze reais e vinte e nove centavos) em 31/12/2022; utiliza o sistema SOULMV para dar as entradas, saídas e baixas, inclusive nas trocas de medicamentos, a fim de ter o controle real dos saldos entre essas unidades de saúde com a Santa Casa. O sistema SOULMV deve ser ajustado e submetido a uma depuração nas referidas contas apontadas, tendo em vista não ter sido possível a auditoria validar os saldos contabilizados nessas duas contas em 31.12.2022.
- b) Conforme mencionado na nota explicativa nº 16 – Obrigações fiscais, “Encontram-se registrados neste grupo os débitos oriundos de impostos retidos sobre folha de pagamento, FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), retenções efetuadas de prestadores de serviço, pessoas jurídicas. Encontram-se registrados também parcelamento de tributos e contribuições. Em 2022 a entidade realizou parcelamento dos impostos junto à receita Federal do Brasil, na modalidade de parcelamento simplificado.

Valores em R\$ mil

TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS	2.022	2.021
FGTS	7.004.964	15.464.516
I.R.	11.679.980	15.238.557
I.S.S.	3.056.787	2.407.775
PIS, COFINS, C SLL	1.224.236	1.502.178
I.N.S.S.	12.606.602	13.008.119
PARCELAMENTO TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES	48.134.359	40.508.652
Total ==>	83.706.929	88.129.798

Apesar de os valores retidos terem sido reconhecidos na contabilidade, observamos que foram reconhecidos a multa e os juros até 31.12.2022, obedecendo o princípio de competência.

Valores em R\$ mil

TOTALIZAÇÃO			
TRIBUTOS	MULTA	JUROS	TOTAL
IR	1.083.852	191.139	1.274.990
PIS, COFINS, C SLL	114.563	20.738	135.301
INSS A RECOLHER	717.084	126.596	843.680
ISS A RECOLHER	120.714	108.014	228.729
TOTAL	2.036.213	446.487	2.482.700

Além disso, a entidade corre o risco de ser atuada pelos órgãos de fiscalização por apropriação indébita, de acordo com o previsto no Artigo 11 da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964 e Artigo 1º da Lei nº 9.983, de 14 de julho de 2000.

ÊNFASE

Sem alterar a nossa opinião, chamamos a atenção para o seguinte assunto descrito na nota explicativa 37 - **REFLEXOS COVID 19 DE 2022:**

“A Associação Beneficente Santa Casa de Campo Grande adotou política de readequar as ações de sua administração, suas receitas e seus custos em face da pandemia do Covid-19 pela qual passa o Estado de Mato Grosso do Sul, o País e o mundo inteiro. Contudo, não foi feita nenhuma provisão em 31 de dezembro de 2021 a fim de cobrir possíveis despesas com o reflexo em 2021 e em 2022 do Corona Vírus (Covid-19) em função de não ter sido possível identificar, quantificar e valorar os reflexos financeiros.”

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas previstas nestas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos nesta auditoria do exercício corrente de 2022. Esses assuntos foram tratados no contexto desta auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar o fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:

A administração da Associação Beneficente Santa Casa de Campo Grande é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis e financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pelo Ministério da Saúde e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, salvo se a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, bem como emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectem as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Principais comentários:

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou, quando em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram por nós examinadas, com Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras emitido em 16 de março de 2022 com ressalva.

Campo Grande-MS, 26 de abril de 2023.

Responsável Técnico

ODACIO
PEREIRA
MOREIRA:19972792153
72792153

Assinado de forma digital por ODACIO PEREIRA MOREIRA:19972792153
Dados: 2023.04.26 14:58:51 -04'00'

ODÁCIO PEREIRA MOREIRA
Contador CRC/MS 002731/O-7
CVM N° 977-6 – CNAI N° 435

LEANDRO
SALAZAR DE
PAUDA:03402415194
2415194

Assinado de forma digital por LEANDRO SALAZAR DE PAUDA:03402415194
Dados: 2023.04.26 14:57:30 -04'00'

LEANDRO SALAZAR DE PAUDA
Contador CRC/MS 014526/O-9
Administrador CRA/MS 7567

RICARDO FIRMINO
MOREIRA
PILEGI:706263751
34

Assinado de forma digital por RICARDO FIRMINO MOREIRA PILEGI:70626375134
Dados: 2023.04.26 14:58:13 -04'00'

RICARDO FIRMINO MOREIRA PILEGI
Contador CRC/MS 011255/O-0
CNAI N° 7640

ODACIO
PEREIRA
MOREIRA:19972792153
972792153

Assinado de forma digital por ODACIO PEREIRA MOREIRA:19972792153
Dados: 2023.04.26 14:59:25 -04'00'

Aupercon Auditoria, Perícia e Consultoria S/S.
CRC/MS 00560/O-6
CNPJ 13.256.754/0001-59